

LITERATOS ARGENTINOS E BRASILEIROS NO IMPÉRIO DE PEDRO II: ALGUMAS ANOTAÇÕES

ARGENTINIAN AND BRAZILIAN INTELLECTUALS UNDER D. PEDRO II'S EMPIRE

Maria Eunice Moreira¹

RESUMO: Este artigo foca um grupo de intelectuais argentinos e brasileiros que mantiveram relações culturais, durante o século XIX, quando o Brasil vivia sob o império de D. Pedro II e a Argentina encontrava-se sob a ditadura de Juan Manuel Rosas.

Palavras-chave: Século XIX; relações literárias; Argentina; Brasil.

ABSTRACT: The present article focuses on a group of Argentinian and Brazilian intellectuals who kept cultural and literary relationships during the 19th century, when Brazil was under D. Pedro II's empire and Argentina was under the dictatorship of Juan Manoel Rosas.

Keywords: 19 century; literary relationships; Argentine; Brazil.

“Nasci para consagrar-me às letras e às ciências...”

D. Pedro II, em seu Diário, no dia 31 de dezembro de 1861

Em artigo publicado na revista espanhola *Historia y Vida*, a professora Anna Caballé, teórica do gênero autobiográfico e ela própria autora de premiadas biografias, refere-se a uma citação do romancista Javier Moro, autor de um também famoso romance sobre o imperador brasileiro D. Pedro I (*El imperio eres tú*, Premio Planeta 2011), no qual esse escritor afirma que não ousou escrever a biografia de D. Pedro I porque esse homem “era tan perfecto que no sabia cómo dramatizarlo” (apud CABALLÉ, 2015, p. 67), razão por que sua preferência recaiu sobre o pai, Pedro I. Em que pese a opinião do abalizado escritor, a história o desmente, pois Pedro II foi (e é) sujeito de vários textos biográficos que destacam sua personalidade múltipla, mas, sobretudo, o ser humano especial que ele foi. Solitário desde pequeno, Pedro dedicou-se logo aos estudos como forma de compensar a separação dos pais, que voltaram a Portugal, a que se sucedeu a morte da mãe. Com as irmãs, pouco conviveu, sendo preparado desde cedo para assumir o império do Brasil. Quando adulto, não encontrou grande satisfação no casamento e

¹ Doutora em Linguística e Letras – Teoria Literária – pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUC/RS. Bolsista de Produtividade CNPQ. Membro do Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa (CLEPUL) das Universidades de Lisboa. Professora Titular aposentada da Escola de Humanidades-Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUC/RS.

as dificuldades de construir uma nação nova, nos trópicos, ocuparam seu tempo e sua atenção. A alegria do Imperador encontrava-se nos livros, nos estudos e nas conversas que mantinha com alguns intelectuais do seu círculo, mas, em especial, com os homens de ciência que teve a oportunidade de conhecer em suas inúmeras viagens. Pedro II foi, enfim, um intelectual e humanista, um estudioso das ciências e das letras, um homem a par das últimas invenções de seu tempo, um monarca mais filósofo do que administrador.

Entre os interesses maiores do imperador brasileiro, pode-se dizer que a leitura das obras clássicas da humanidade –do Peru à Índia– e, posteriormente, o trabalho de tradução,² ocuparam parte de seu tempo. No final de sua vida, a dedicação à tradução de obras fundamentais escritas em árabe e em sânscrito, o levaram até mesmo a contratar um orientalista, o professor alemão Christian Friedrich Seybold que o orientou nesse campo e permaneceu a seu lado, até sua morte, na Europa, em 1891.³

A liderança de Pedro II, no plano cultural e, sobretudo, a compreensão que possuía de que um império se fortalece pela cultura, o levaram a criar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, instituir a revista do Instituto, no ano seguinte, e financiar, de seu próprio bolso, expedições e pesquisa que possibilitassem dar a conhecer o imenso território que governava. O Imperador não só distribuía tarefas aos agremiados do Instituto, na forma de monografias sobre assuntos brasileiros, que o designado devia ler e argumentar, nas sessões, como estabelecia prêmios para as melhores monografias.

Essa atitude francamente favorável à cultura e às letras logo se irradiou a outros espaços, divulgando a imagem de um dirigente amigo das artes e da ciência, o que propiciou a vinda de artistas e investigadores da Europa e da América do Sul para conhecer o Brasil e divulgar as peculiaridades de um fascinante Novo Mundo. Aberto à recepção desses estudiosos, Pedro II recebeu desenhistas, pintores, naturalistas, que para cá vieram por sua vontade para explorar o território, mas também exilados que necessitaram abandonar seus países, em função de situações políticas particulares.

Detenho-me, a partir de agora, em um grupo de intelectuais brasileiros e argentinos que mantiveram relações culturais, durante o século XIX, propiciadas pela situação de exceção que vivenciaram esses *hermanos*, na condição de exilados no Brasil, em decorrência da ditadura de Rosas, na Argentina. Retomo, porém, alguns aspectos da moldura histórico-política do período, para observar as particularidades das duas nações –a brasileira e a argentina.

1 Brasileiros e argentinos: olhares oblíquos

Em 1840, logo após o Ato Adicional que concede à maioria a Pedro II, o Brasil vive movimentos convulsivos de Norte a Sul: a Revolução Farroupilha tem sua continuidade e, no Nordeste, focos rebeldes são registrados no Maranhão, Bahia e em Pernambuco. No mesmo compasso guerreiro, no país vizinho, Juan Manuel Rosas se fortalece como governador, centralizando o poder nacional. A decorrência desse estado político é o exílio dos jovens que participaram do Salão Literário de 1837 que, para fugir de Rosas, viajam ao Brasil. O estado

² Há registros de traduções de textos feitas pelo Imperador, provenientes do Italiano, Espanhol, Árabe, Francês, Sânscrito. Ver Mafra (2015).

³ Ver o excelente trabalho desenvolvido pelo NUPROC – Núcleo de Estudos do Processo Criativo, da UFSC, sob a coordenação do Dr. Sergio Romanelli, sobre as traduções de D. Pedro II. <<http://www.nuproc.cce.ufsc.br>>

político do Brasil e da Argentina é, pois, distinto: entre os argentinos, a ditadura de Rosas afasta os intelectuais; no Brasil, a monarquia de Pedro abre espaço para a manifestação de homens da cultura e da literatura, e o país começa a vivenciar um nucleamento no campo da cultura, em especial, da literatura, a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1841, Joaquim Norberto de Sousa Silva publica *Modulações poéticas*, um livrinho segundo ele escrito em vinte dias, no qual inclui um “Bosquejo da história da poesia brasileira”, abrindo o ciclo de obras sobre a literatura nacional. Em 1843, José Manuel Pereira da Silva apresenta o *Parnaso brasileiro*, no qual insere “Uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira” e um ano depois Norberto lança com o francês Emile Adet o *Mosaico poético*, que vem precedido de uma “Introdução sobre a literatura nacional”.

É nesse cenário que Joaquim Norberto publica, nas páginas do *Minerva Brasiliense*, Jornal de Ciências, Letras e Artes, do Rio de Janeiro, suas “Indagações sobre a literatura argentina contemporânea”, mostrando estar atento ao desenvolvimento literário em outros territórios que vivenciaram a situação colonial. O texto, que aparece no número dez do periódico carioca, provavelmente é motivado pelo “Certamen poético”, realizado em Montevideú, em 1841, quando foi discutida a nascente literatura argentina, no movimento pós-revolucionário de 1830. Entra em jogo, nesse Certamen, o caráter nacional que a literatura vinha tomando entre os argentinos, o que, certamente, chama a atenção do nacionalista brasileiro.

O artigo de Norberto, que apresenta uma análise circunstanciada da obra poética de alguns dos primeiros autores argentinos, assume caráter de precursoriedade⁴ em relação aos críticos daquele país na avaliação da produção poética nacional, mas, em especial, provoca a aproximação entre o círculo literário brasileiro e argentino. O artigo publicado no periódico carioca tem repercussão imediata. Esteban Echeverría, um intelectual argentino, em exílio no Uruguai, nessa ocasião, estimulado pelo texto, escreve então a um amigo que sairia do Rio de Janeiro em direção ao Chile e insiste com seus compatriotas que passavam pelo Rio de Janeiro para relacionar-se com o autor das “Indagações”:

En el n. 10 de la “Minerva (sic) brasiliense” hay un artículo sobre la literatura argentina que debe llegar a Chile y publicarlo. Hay muchos aquí que desearían ver la continuación prometida. Procure relacionarse con el autor de ese artículo y estímúlele a continuar sus *indagaciones*. Nos conviene mucho el juicio (que no puede ser sino imparcial) de los extranjeros. Es el modo de confundir a los envidiosos y a los pandilleros. El autor de ese artículo manifiesta buen criterio literario y un conocimiento poco común, aun entre nosotros, de la literatura argentina. (ECHEVERRÍA, 1951, pp. 552-553)

Echeverría obviamente vislumbra no artigo de Norberto uma tomada de posição política e uma maneira de provocar certas suscetibilidades que a conjuntura social em que vivia engendra. Mesmo assim, é francamente favorável à publicação do artigo no Chile, a ponto de para isso comprometer-se ou expor-se mais do que devia ou podia:

⁴ Joaquim Norberto apresenta uma análise circunstanciada da obra poética de alguns dos primeiros autores argentinos. Muitos anos mais tarde, na década de 1960, o crítico argentino Félix Weinberg reconheceu a posição de primazia de Norberto, ao afirmar: “es un verdadero precursor pues precede a Juan Maria Gutiérrez y a los estudios más recientes todavía de Ricardo Rojas, sin olvidar los juicios expuestos por Marcelino Menéndez y Pelayo en su *Historia de la poesía hispanoamericana*” (1961, p. 34).

Si no se dice la verdad, la literatura no puede adelantar, porque el pueblo no tiene criterio propio, y ni las obras ni los talentos serán apreciados debidamente. Soy de la opinión que se debe hablar sin embozo y alto cuando se trata de progreso literario y político: – Estoy resuelto a hacerlo, sufra el que sufra. De otro modo no se anda, se retrocede o se está innoble. Haga usted y todos los amigos de Chile lo mismo, para que marchemos unidos en espíritu y en tendencias. (ECHEVERRÍA, 1951, pp. 552-553)

Nesse mesmo tempo, escreve também a Juan María Gutiérrez, outro argentino que se encontrava no Rio de Janeiro, vindo da Europa, contando-lhe a impressão que o artigo lhe havia provocado: “Contiene además verdades que ninguno de nosotros se ha atrevido a proclamar, por no herir a los que no han perdonado medios para desconceptuarnos.” (ECHEVERRÍA, 1951, pp. 552-553) Gutiérrez imediatamente procura Joaquim Norberto para uma entrevista, fornece-lhe materiais e informações para o segundo artigo que o brasileiro pretendia escrever e dele recebe um exemplar autografado de *Modulações poéticas*, de 1841, com a dedicatória: “Ao Ilmo. Sr. D. Juan Maria Gutierrez oferece o Autor”. Gutiérrez anotou a lápis, abaixo da assinatura: “febrero 24 de 1845 R. de Janeiro”.

Sabe-se que Norberto não publicou o artigo prometido, mas, por outro lado, a presença de Gutiérrez na história da literatura que o brasileiro vinha escrevendo (empreendimento de fôlego, em 15 volumes e para o qual assinou contrato com a Editora Garnier, do Rio de Janeiro) é significativa, se não das relações de amizade entre os dois, pelo menos da coincidência de pensamentos entre eles. Na década de 1840, Joaquim Norberto publica dois ensaios de historiografia literária no *Minerva Brasiliense* – “Estudos sobre a literatura brasileira durante o século XVII” (1843) e “Considerações gerais sobre a literatura brasileira” (1844)– que podem ser considerados embrionários dos capítulos de sua inconclusa *História da literatura brasileira* que publica na *Revista Popular*, a partir de 1859. Dos sete capítulos escritos, quatro trazem indicações do pensamento de Juan María Gutiérrez que não só é mencionado como fonte, como textualmente comparece em citações:

Os importantes trabalhos, em que tantos ilustres literatos se hão ocupado de nossa literatura, me serviram na confecção desta história; citando muitas vezes seus belos trechos, me escudo na sua opinião mais segura e de mais critério, que por certo não é a minha. Cabe pois aqui louvar [...] entre os americanos Santiago Nunes Ribeiro, J. M. Gutierrez e J. Mármol. (SILVA, 1860, p. 26)

Na época em que Joaquim Norberto está envolvido com a redação desses estudos, José Mármol viaja para o Rio de Janeiro, em 1843, fugindo de Rosas, num exílio que se estende pelo espaço de três anos. A estada mais prolongada na capital do Império permite-lhe o contato com os românticos brasileiros e com os empreendimentos nacionalistas que movimentam essa geração. Mármol em seguida introduz-se entre os intelectuais, abrindo espaço para publicar no *Minerva Brasiliense*, como registra em carta a Gutiérrez (“Escribo también en la Minerva”) datada de 13 de setembro de 1845, mas sua contribuição mais significativa está em *Ostensor Brasileiro*, um jornal editado por Vicente Pereira de Carvalho Guimarães e João José Moreira. O *Ostensor Brasileiro* constitui uma espécie de resistência ao programa nacionalista do Império, porquanto muitos de seus textos se opõem à visão com que o Brasil é desenhado pela corte imperial.

Nesse jornal, Mármol encontra espaço para publicar seus ensaios, reunidos em duas

séries distintas. A primeira, denominada “Fragmento da minha carteira de viagem”, que aparece em 1845, esboça uma perspectiva americana, ao refletir sobre a necessidade de o fazer literário, nos territórios americanos. Para esse argentino, era chegada a hora de preconizar a independência literária e entendê-la como corolário da autonomia política. A apresentação desses tópicos nesse primeiro conjunto de artigos amplia-se sobretudo nos números seguintes do *Ostensor Brasileiro*, para os quais o jovem argentino contribui com outro feixe de artigos, sob a identificação “Juventude progressista do Rio de Janeiro”.

Também nesses artigos adota uma perspectiva americana, enfatizando a necessidade de rompimento com os velhos padrões europeus. A novidade literária que exige para a América provém do Romantismo – esse movimento constitui a vanguarda que traz a modernização. Juventude, Romantismo e progresso, na concepção de Mármol, são termos quase equivalentes, pois seus objetivos encaminham para a renovação e é isso que pretende e exige para a América, também nova.

Disposto a realizar uma análise do papel da juventude na construção da literatura brasileira, Mármol observa uma ausência de diretrizes e, por isso, não reconhece uma literatura nacional representativa, no Brasil. A almejada renovação literária não encontra ressonância na sociedade brasileira, cujos parâmetros são ainda muito conservadores. Segundo sua avaliação, a sociedade está fadada ao isolamento e à esterilidade, a não ser que forças inteligentes revertam o quadro cujo diagnóstico não é favorável. Falta ao Brasil uma “efervescência social e política que acompanhe e sustente os processos de mudança literária” (AMANTE, 2000, p. 56). Mármol deseja que a literatura brasileira nasça da verdadeira emancipação política, obtida pela revolução e é esse o modelo que almeja: “exportar para os intelectuais cariocas o impulso liberador, traduzido à moda argentina”, como diz Adriana Amante (2000, p. 58).

Inserida no momento em que o Império brasileiro busca sedimentar seu poder, através da instituição de mecanismos legitimadores de sua potência, principalmente alicerçados nas ideias nacionalistas dos componentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujo chefe e presença marcante é o Imperador Pedro II, a avaliação desse estrangeiro poderia provocar objeções dos brasileiros mais comprometidos com o processo cultural. No entanto, Mármol recebe acolhida por parte do grupo romântico. Esse assentimento pode ser medido pelo fato de que Joaquim Norberto recorre às ideias do amigo argentino para subsidiar esse vasto empreendimento. A sintonia entre os dois talvez resulte do fato de que, para ambos, o quadro brasileiro apresenta deficiências, em função da feição particular que tomou o processo de emancipação da colônia em relação a Portugal, onde não houve uma ruptura violenta, possibilitando a permanência de padrões conservadores e ultrapassados.

A saudade de sua terra e de sua gente levou José Mármol a fazer a viagem de retorno a seu país, em abril de 1846. É na volta que estabelece o confronto entre o cenário de sua origem e aquele, diferente, vivido no Brasil. A comparação que decorre de sua observação permite-lhe reconhecer que, apesar dos problemas ainda evidentes na incipiente sociedade brasileira, há “uma Constituição que determina com precisão os direitos e os deveres do governo e do povo, e uma liberdade que é, sem disputa, um feito positivo e não uma teoria de escritores” (WEINBERG; 1961, p. 140. Tradução minha), ao contrário da Argentina, onde o ordenamento político ainda é confuso. A ditadura de Rosas estende-se até 1852, mas mesmo esse ambiente político pouco propício não esmorece a troca de informações entre esses grupos. Novos acontecimentos, surgidos no cenário tanto da política quanto da literatura, estimulam o intercâmbio de ideias entre brasileiros e argentinos, comprovando que ambos os lados mantinham-se atualizados sobre o quadro cultural de seus países.

A nova frente de aproximação que possibilitará o diálogo entre os dois grupos é propiciada pela publicação de *A confederação dos Tamoios*, de autoria do poeta Domingos José Gonçalves de Magalhães. Protegido do Imperador, que financiava sua estada na Europa com a missão de escrever um poema verdadeiramente brasileiro, o autor de *Suspiros poéticos e Saudades*, lança sua epopeia em 1857, após sete anos de preparos e discussões, e o texto imediatamente é atacado pelo jovem jornalista José de Alencar, dando motivo a uma das polêmicas literárias mais férteis no Brasil. Quando Magalhães é alvo da diatribe de Alencar, na qual se envolve pessoalmente o Imperador Pedro II, Juan María Gutiérrez publica no jornal argentino *El Orden*, de Buenos Aires, dois artigos sobre o autor da epopeia, expandindo os espaços nos quais esse debate teve repercussão. Circunscrita ao Rio de Janeiro e aos nacionalistas do *entourage* do monarca brasileiro, a polêmica sobre a obra de Magalhães chega, portanto, à Argentina, através do ensaio de um dos “publicistas” mais destacados da época. (AMANTE, 2003)

Em 1857, mais precisamente nos dias 10 e 11 de janeiro, nos números 429 e 430 de *El Orden*, aparece o longo estudo crítico de Gutiérrez, intitulado “Um poema brasileiro - A confederação dos tamoios, poema por Domingo Gonsalves de Magalhaes (sic). Rio Janeiro (sic) em casa de Paula Brito, impresor de la corte (1856: 1v. fol. men de 340 pags)” Sem qualquer referência à polêmica brasileira, Gutiérrez, sob o pseudônimo de Omega, toma a epopeia de seu colega brasileiro para discutir sobre a história da literatura latino-americana, apontando as diferenças de produção históricas e culturais entre uma e outra nação. O ponto comum entre elas reside na questão colonial e na necessidade de afirmação original de seus processos, uma vez desenvolvidos à luz dos modelos europeus, impostos pela situação política. Gutiérrez reconhece que, não obstante essa condição ter obnubilado a autonomia, “é possível uma literatura americana” (GUTIÉRREZ, 2007, p. CLXXVII), entendida como expressão própria desses povos. Outro aspecto destacado pelo crítico refere-se ao mecenato nas letras, que ele destaca a partir do texto de oferecimento escrito pelo autor do poema ao Imperador brasileiro: “A dedicatória do Senhor Magalhães é a nobre ação de um cidadão livre porém agradecido e a expressão consciente deste mesmo agradecimento” (GUTIÉRREZ, 2007, p. CLXXVII). Na Argentina, Echeverría buscou apoio para sua obra, procurando associar a sua produção ao título de um dirigente, para que ambos permanecessem na história. Ao contrário, porém, do caos brasileiro, em que Magalhães e Pedro II associam seus nomes para a grandeza da literatura, a Echeverría “na nobreza de suas ideias não cabia senão a indignação contra os mandões voluntariosos ou os indolentes e ignorantes administradores que as paixões sublevadas ou as noções torcidas sobre o uso do direito de eleger levantam ao poder para impedimento do verdadeiro progresso” (GUTIÉRREZ, 2007, p. CLXXVII).

Em que pesem os aspectos que pode assinalar como alguns defeitos da epopeia, o juízo de Gutiérrez é extremamente positivo em relação *A confederação dos Tamoios*, a considerar as palavras com que encerra seu estudo crítico: “recomendamos também sua leitura à geração jovem de Buenos Aires que hoje se prepara para ilustrá-lo em um dia próximo com as produções de seu espírito privilegiado”(GUTIÉRREZ, 2007, p. CLXXVII).

Posteriormente, em 1872, esse estudo é transcrito na *Revista del Rio de la Plata* e, nesse novo momento, Gutiérrez justifica as razões pelas quais inclui seu artigo na revista que está sendo lançada em Buenos Aires:

Ahora que tenemos una Revista a nuestra disposición, queremos dar nuestro nombre al presente juicio crítico que apareció bajo un seudónimo en uno de los diarios de Buenos Aires, hace ya algún tiempo (GUTIÉRREZ, 1872, p. 490).

E conclui com a seguinte observação:

-Aprovechamos también esta oportunidad para corregirle, sin alterarle en lo principal, y para insertar la carta que el autor nos dirigió desde Paris, contestando algunas de nuestras observaciones, así que llegaron a su conocimiento (GUTIÉRREZ, 1872, p. 520).

A carta que Magalhães escreve a Gutiérrez, 25 anos após a polêmica sobre *A confederação dos Tamoios*, só por isso merece ser considerada. Trata-se, na verdade, da primeira – e talvez a única – manifestação do autor sobre o poema tão combatido por Alencar, que exigiu que o próprio Imperador tomasse arte no litígio para defender seu protegido. Talvez o passar do tempo fosse necessário para que o poeta conseguisse finalmente manifestar-se sobre o objeto da liça. Hipóteses à parte, a carta de Magalhães expressa a surpresa com que recebeu a crítica – “Grande foi a surpresa que experimentei com a leitura desta análise que revela um espírito ilustrado e reto e que tanto realce dá à minha obra, pois apresentada ao modo que V. o faz será mais conhecida e apreciada, única recompensa que alcançam entre nós as tarefas literárias” (MAGALHÃES, 2007, p. CXCIX)– como ressalta o sentido que atribui ao texto:

Porém indicando-me o de V. que dá maior realce à crítica, aumenta minha satisfação e não pude resistir ao veemente desejo de dirigir a Vd. a expressão de minha sincera gratidão pela honra que dispensa a meu poema, dando uma favorável notícia dele a seus compatriotas, sem que lhe movam a proceder assim as considerações de amizade (MAGALHÃES, 2007, p. CXCIX)

O parágrafo mais significativo da carta diz respeito à manifestação do poeta brasileiro sobre sua própria epopeia, escrita em 1856:

Em obras de tão longa e difícil execução, em que a imaginação não exclui o verdadeiro, senão que mais bem lhe dá esplendor, qualquer que as empreende e as realiza como melhor lhe parece, não deve ser tão vão que se julgue invulnerável à crítica, a não ser que se conte no número daqueles imortais que todas as nações consideram como nossos melhores guias na bela interpretação da natureza. Por outra parte, e do mesmo modo, tampouco a crítica de quem julga é menos falível que o gosto estético que preside àquelas composições, e não poucas vezes o que para um parece descuido ou desacerto é para outros efeito de um estudo esmerado, posto que nossos juízos e sensações variam segundo as circunstâncias, não só de indivíduo a indivíduo, senão também segundo as diversas faces de um mesmo assunto, sem que poeticamente falando sejam uns mais verdadeiros que outros (MAGALHÃES, 2007, p. CXCIX)

Para Gutiérrez, a quem o poema de Magalhães “pode com mais razão que seu compatriota, o autor do poema *Uruguai*, dizer ao seu: *serás lido!* Será [lido] em todas as partes” (GUTIÉRREZ, 2007, p. CLXXVIII), constitui “não somente um poema mas uma bela ação”, as

palavras do autor o estimulam a recomendar a leitura do original “à geração jovem de Buenos Aires que hoje se prepara para ilustrá-lo em um dia próximo com as produções de seu espírito privilegiado” (GUTIÉRREZ, 2007, p. CLXXVIII). Gutiérrez sublinha, mais uma vez, no texto de Magalhães o aproveitamento da paisagem como elemento marcante na composição da literatura brasileira, almejando que os argentinos vislumbrem o diferencial que seja capaz de sustentar o patrimônio literário de sua terra. No entanto, Gutiérrez também sabe que as circunstâncias políticas e geográficas do país não apontam para esse lado; a Argentina vive uma crise política e deve buscar outro norte para o fazer literário, que virá exatamente dessa nova conformação política.

2 Algumas anotações finais

Alicerçadas geralmente no silêncio, citadas com raridade e parcimônia, ocultadas por motivos políticos e ideológicos, sobretudo de lá para cá, as relações literárias entre brasileiros e argentinos tornam-se, porém, vozes soantes para a leitura da história da literatura de ambas as nações. Para o Brasil, o aval dos estudiosos estrangeiros, agora representado pelos intelectuais do Sul do continente, continua a tradição brasileira que os primeiros estudos historiográficos anunciaram: a persistência nas condições naturais do país, especialmente a natureza como elemento fundador da literatura nacional. A natureza tropical, vista pelos olhos desses argentinos, reforça o projeto imperial de constituição da literatura –e da nação–, razão pela qual encontram espaço para publicar seus “Fragmentos” nos jornais do Rio de Janeiro. O escritor argentino, exilado e politicamente deslocado em sua terra, era bem-vindo no Brasil onde desfrutava da posição de “viajante estrangeiro nas demandas do movimento romântico brasileiro” (AMANTE, 2000, p. 152).

A Argentina, onde Echeverría afirmava que o sol brasileiro punha medo em seus olhos (*Me pone miedo el sol de aqui*), tinha outro projeto e outra mirada para sua nascente literatura nacional. Entre eles, a natureza não se apresentava como o signo orientador para a expressão literária. Para lá, o passado também tinha de ser encarado, como no caso do Brasil. Mas enquanto os brasileiros revolviam os anos anteriores à independência em busca da tradição literária, como preconizava a lição de Ferdinand Denis, para nele encontrar o produto representativo desse país solar e natural, na Argentina, do lado de lá, para usar uma expressão do escritor gaúcho Aldyr García Schlee, onde a planura se impõe mais do que o sol, havia necessidade de “borrar” o passado para buscar outra construção, talvez mais voltada para a civilização do que para a barbárie.

Os olhares oblíquos entre o Brasil e a Argentina têm também outra conotação e está impregnada da ideologia dos produtores desses discursos. José Mármol é um revolucionário, homem capaz de interpretar as contingências do colonialismo e as suas conseqüências para o pensamento da elite letrada. Joaquim Norberto é homem do governo, vinculado ao Império e amigo pessoal do Imperador Pedro II, o que facilita seu entendimento de que a literatura brasileira tem já existência real. Enquanto Norberto manifesta uma visão nacionalista e nacionalizante da cultura, Mármol preconiza a revolução e exige que a juventude progressista do Rio de Janeiro corte suas amarras com o passado colonial –só depois poderá falar em literatura brasileira e, por extensão, em literatura nos países americanos.

Há outro ponto crucial entre o círculo literário brasileiro e o platino: o Romantismo do Brasil e o Romantismo argentino movimentam-se em duas direções. No Brasil, Pedro II unifica

e centraliza a pretensão de um império sólido e consistente, exercendo seu papel de mecenas sobre o grupo de intelectuais que com ele compartilham a possibilidade desse Romantismo. Não há fissuras entre o grupo da nação e o grupo da literatura. Na Argentina, ao contrário, o Romantismo deve se afigurar com outra concepção: não há um passado que una o governo e os intelectuais, mas esses almejam escrever para firmar sua oposição ao governo central. Se, no Brasil, a literatura reforça o poder, na Argentina a formação dessa literatura constitui um contrapoder.

José Mármol dizia que as ideias não têm pátrias, mas se essa não é a discussão que se impõe neste texto possibilita, porém, levantar outras questões sobre o momento histórico em que se inscrevem essas reflexões –a década de 1840– do século XIX; sobre esses dois espaços distintos e distanciados –o Brasil e a Argentina–, em particular; sobre esses homens que vivenciaram contingências singulares e que mantiveram fugazes e efêmeras relações –Gutiérrez passou pelo Brasil, em viagem; José Mármol permaneceu no Brasil três anos e Joaquim Norberto, pelo que se sabe até hoje, nunca visitou um país da América do Sul ou sequer deixou o Rio de Janeiro.

Lá e cá, ou seja, entre os nacionais brasileiros e os argentinos, a tarefa patriótica consistia em criar uma expressão artística diferente da tradição colonialista, de modo a reforçar a nova ordem política vigente. Superar a gesta política exigia, pois, o enfrentamento a fim de promover a própria historicidade discursiva. A preconizada autonomia literária corresponderia, assim, no plano da arte, à independência política, reafirmando, pela literatura, o que havia sido conquistado no plano da política. A proposta dos argentinos coloca-os ao lado dos brasileiros, sugerindo a identidade de propósitos de homens separados pelos alambrados e pela geografia. No entanto, ao contrário de lá, do outro lado da fronteira, onde a espada de Rosas imperava, aqui, onde o lápis do Imperador preenchia seus cadernos de desenho, por habilidade própria, foi o monarca brasileiro quem abriu seu bolso para financiar projetos que estimularam o conhecimento do país e atraiu para a nascente nação um grupo de artistas, viajantes e naturalistas que, livres ou exilados, colaboraram para expandir o conhecimento sobre a jovem nação americana, governada por esse monarca amigo das letras e das ciências.

À Professora Anna Caballé

Referências

- AMANTE, A. La crítica como proyecto. Juan María Gutiérrez. In: JITRIK, N. (dir.). *Historia crítica de la literatura argentina*. Buenos Aires: Emecé, 2003.
- AMANTE, A. O estrangeiro, muito romântico – a literatura dos escritores românticos argentinos exilados no Brasil. In: SANTOS, L. A. B.; PEREIRA, M. A. *Trocas culturais na América Latina*. Belo Horizonte: Pós-Lit/FALE/UFMG; Nelam/FALE/UFMG, pp. 151-158, 2000.
- CABALLÉ, A. Diario de un emperador. *Historia y Vida*, Madrid, n. 569, pp. 62-70, ago. 2015.
- ECHEVERRÍA, E. *Obras completas*. Buenos Aires: Antonio Zamora, 1951. v. 1.
- GUTIÉRREZ, J. M. Um poema brasileiro. In: ARAGUAIA, D. J. G. de M., Visconde de. A

confederação dos Tamoios/por Domingos José Gonçalves de Magalhães. MOREIRA, Maria Eunice; Luís Bueno (org.). Curitiba: Ed. da UFPR, 2007. pp. CLXXVI-CXCVIII.

GUTIÉRREZ, J. M. Un poema brasileiro. A confederação dos Tamoios, poema de Domingos José Gonçalves de Magalhães. *Revista del Rio de la Plata*, Buenos Aires, n. 12, t. 3, pp. 481-520, 1872.

MAFRA, A. *O processo criativo de D. Pedro II na tradução do Hitopadeça*. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) - Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2015.

MAGALHÃES, D. J. G. de. Carta de Domingos José Gonçalves de Magalhães a Juan Maria Gutierrez. In: ARAGUAIA, D. J. G. de M. Visconde. *A confederação dos Tamoios*. MOREIRA, Maria Eunice; Luís Bueno (org.). Curitiba: Ed. da UFPR, 2007.

MÁRMOL, J. *Fragmento de minha carteira de viagem*. Rio de Janeiro: Ostensor Brasileiro, 1845.

SILVA, J. N. de S. Indagações sobre a literatura argentina contemporânea. *Minerva Brasiliense*, *Jornal de Ciências, Letras e Artes*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 10, pp. 294-301, 15 mar. 1844.

SILVA, J. N. de S. Introdução histórica sobre a literatura brasileira. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, v. 5, pp. 21-33, jan-mar 1860.

WEINBERG, F. *La literatura argentina por un crítico brasileño en 1844*. Rosario: Universidad Nacional del Litoral, 1961.

Recebido em: 02/04/2022

Aceito em: 16/06/2022